

Literatura de Língua Inglesa III

Luiz Eduardo Oliveira



São Cristóvão/SE
2017

Literatura de Língua Inglesa III

Elaboração de Conteúdo

Luiz Eduardo Oliveira

Projeto Gráfico

Neverton Correia da Silva

Nycolas Menezes Melo

Capa

Hermeson Alves de Menezes

Diagramação

Neverton Correia da Silva

Copy desk

Flávia Ferreira da Silva Rocha

Presidente da República

Michel Temer

Chefe de Gabinete

Marcionilo de Melo Lopes Neto

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Coordenador Geral da UAB/UFS**Diretor do CESAD**

Antônio Ponciano Bezerra

Diretor de Educação a Distância

João Carlos Teatini Souza Clímaco

Coordenadora-adjunta da UAB/UFS**Vice-diretora do CESAD**

Fábio Alves dos Santos

Reitor

Angelo Roberto Antonioli

Vice-Reitor

Iara Maria Campelo Lima

Diretoria Pedagógica

Clotildes Farias de Sousa

Coordenação de Avaliação

Hérica dos Santos Matos

Diretoria Administrativa e Financeira

Pedro Henrique Dantas Dias

Coordenação de Tecnologia da Informação

Hermeson Menezes

Coordenação de Pós-Graduação

Fábio Alves dos Santos

Assessoria de Comunicação

Guilherme Borba Gouy

Coordenação de Formação Continuada

Rosemeire Marcedo Costa

Coordenadores de Curso

Denis Menezes (Letras Português)
Eduardo Farias (Administração)
Elaine Cristina N. L. de Lima (Química)
Evlson da Silva Vieira (Matemática)
Hélio Mario Araújo (Geografia)
Lourival Santana (História)
Marcia Regina Pereira Attie (Física)
Yana Teixeira Dos Reis (Ciências Biológicas)
Maria Augusta Rocha Porto (Letras Inglês)
Valéria Jane S. Loureiro (Letras Espanhol)
Everaldo Vanderlei de Oliveira (Filosofia)

Coordenadores de Tutoria

Mônica Maria Soares Rosado (Letras Português)
Ayslan Jorge Santos da Araujo (Administração)
Viviane Costa Felicíssimo (Química)
Danielle de Carvalho Soares (Matemática)
Givaldo dos Santos Bezerra (Geografia)
Carolina Nunes Goes (História)
Frederico Guilherme de Carvalho Cunha (Física)
Luzia Cristina de M. S. Galvão (Ciências Biológicas)
Gisela Reis de Gois (Letras Inglês)
Antonielle Menezes Souza (Letras Espanhol)
Arthur Eduardo Grupillo Chagas (Filosofia)

COORDENAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)
Marcio Roberto de Oliveira Mendonça

Neverton Correia da Silva
Nycolas Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze
CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE
Fone(79) 3194-6600 - Fax(79) 3194-6474

Sumário

AULA 1	
O mito da identidade nacional e seus impasses.....	07
AULA 2	
Colonial literature: an introduction	19
AULA 3	
The Invention of the United States of America	29
AULA 4	
O Romantismo e a Narrativa das Nações	43
AULA 5	
Edgar Allan Poe.....	55
AULA 6	
The Rise of Realism.....	71
AULA 7	
A cultura contemporânea em questão.....	85
AULA 8	
AMERICANISMO E EUROPEÍSMO: o mito dos Estados Unidos da América.....	97
AULA 9	
Entre a Rebelião e a Alienação: a década de 1980 e a massificação do rock no Brasil.....	113
AULA 10	
Cultura Disco.....	131

Aula 1

O MITO DA IDENTIDADE NACIONAL E SEUS IMPASSES

META

Apresentar a problemática do conceito de nação e suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Compreender o grau complexidade da dimensão discursiva na nação;
Reconhecer e identificar as principais características da narrativa da nação.

PRÉ-REQUISITOS

Familiaridade com os períodos formativos da literatura inglesa;
Conceitos-chave da Teoria da Literatura e da história literária.

Luiz Eduardo Oliveira

INTRODUÇÃO

Natio, como conceito tradicional herdado da antiguidade romana, indicava originalmente o local de nascimento ou a raça. Há, contudo, ocorrências em que a palavra natio significa população não civilizada. Pertencente ao mesmo campo semântico de gens e populus, nationes, na alta Idade Média, passou a designar os grandes povos da Europa. Na Universidade de Paris, que, juntamente com a de Bolonha, é a mais antiga da Europa, por volta de 1249, o uso da palavra nação servia para distinguir os alunos a partir de sua origem, mas não com base na região de nascimento, e sim na língua, ou na família linguística. Tal como se configurou no século XVIII, a palavra nação não se referia às modernas “nações populares”, mas às nações nobres, pelo menos até as vésperas da Revolução Francesa, pois se restringia aos indivíduos que gozavam de status social e político. Nesse sentido, a palavra nação difere fundamentalmente de pátria, pois esta era formada pelas pessoas que viviam em sua terra natal, chefiada pelo senhor feudal ou pelo príncipe, enquanto aquela se referia apenas aos príncipes territoriais que constituíam o Império com o Imperador. Assim, embora o conceito de nação seja historicamente anterior ao de Estado, a nação moderna só pôde constituir-se depois da formação do Estado moderno, que vai se basear na construção discursiva do que Montesquieu (1689-1755) denominou o “terceiro estado”: o povo.

Portanto, apesar de os critérios atuais de identificação nacional parecerem quase “naturais” e serem ainda muito aceitos, mesmo nos meios acadêmicos, convém ressaltar, como faz **Hobsbawm**, o seu caráter eminentemente moderno. Nesse sentido, nação, assim como a combinação Estado-Nação, que significa, segundo a Enciclopédia Brasileira Mérito, “a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo”, é algo que só irá consolidar-se na Europa do século XX, especialmente quando passa a relacionar-se com unidade territorial, étnica e linguística. No campo econômico, o fenômeno foi igualmente recente, pois o mercantilismo protecionista do século XVIII, ao entrar em contradição com os princípios liberais da economia política, só foi refazer-se sob a forma de “economia nacional” no século XX.

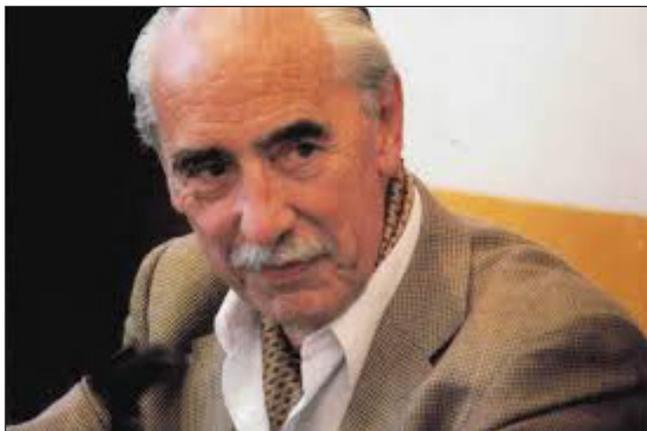


Eric John Ernest Hobsbawm (1917-2012) foi um historiador marxista britânico reconhecido como um importante nome da intelectualidade do século XX. Ao longo de toda a sua vida, Hobsbawm foi membro do Partido Comunista Britânico. Fonte: <https://www.quora.com/topic/Eric-Hobsbawm>

Um momento histórico no qual se pode flagrar a inconsistência da pretensa unidade das nações é o período que se segue à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), especialmente depois das negociações que resultaram no Tratado de Versalhes (1919), numa época em que a constituição dos povos em Estados-Nação era uma exigência preliminar de qualquer política que se quisesse progressista e democrática. Na ocasião, os países da Europa Central e Oriental, onde não havia unidade étnica, linguística ou religiosa, viram-se obrigados a reivindicar o status de Estados-Nações, o que fez com que as maiorias pluriétnicas e plurilinguísticas fossem controladas por elites político-econômicas “estrangeiras”. Como resultado, mesmo depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e das demais reformulações geopolíticas pelas quais a Europa Central e do Leste passaram, há hoje numerosas minorias étnicas reivindicando o direito de autodeterminação política, as quais, por sua vez, têm familiares vivendo como minorias em lugares governados por outros povos. Assim, em tais conflitos sociais, o desejo de “limpeza étnica” é facilmente ativado, na esperança de constituir um Estado territorial etnicamente homogêneo.

DESENVOLVIMENTO

A ênfase de boa parte da reflexão teórica sobre o passado, sobretudo nos países de condição **pós-colonial**, tem levado a uma revisão dos pressupostos da historiografia romântica e, portanto, do próprio projeto da modernidade, uma vez que passa a ser postulada a multiplicidade de relatos e sujeitos, em oposição a uma narrativa monolítica e unificadora que despreza os fenômenos de desterritorialização, migração e integração. Como afirma Hugo Achugar, o sujeito enunciador do discurso fundante do Estado-Nação na América Latina, durante o século XIX, teve um projeto patriarcal e elitista que excluiu não só a mulher, mas também os índios, negros, escravos, analfabetos e, em muitos casos, aqueles desprovidos de propriedades. Esse perfil do sujeito enunciador contribuiu, portanto, para a construção do perfil de um sujeito da nação – o cidadão –, que se identificou com o discurso nacionalista.



Hugo Achúgar (Montevideu, 1944) é um poeta, escritor, ensaísta e pesquisador Uruguai.
Fonte: https://de.wikipedia.org/wiki/Hugo_Achugar

O nacionalismo, por sua vez, em função de uma língua e uma literatura nacional que “esquece” – no sentido que Renan dá ao termo – ou apaga as diferenças étnicas, sociais, linguísticas e culturais que não se encaixam no projeto nacional de que o Estado e os homens de letras são os principais representantes, estabelece o padrão necessário para a produção de dicionários, gramáticas, antologias, parnasos e, principalmente, histórias literárias, os quais, institucionalizando-se nos sistemas de educação nacionais, serão uma instância preponderante, no século XIX, para a legitimação das identidades nacionais. Estas, como vimos, constituem-se discursivamente em confronto com uma alteridade que pode ser representada pelo colonizador ou pelas nações concorrentes, em relação às quais, ou em decorrência das quais, suas narrativas foram sendo produzidas. Nesse sentido, o processo de institucionalização da história literária, seja como instância legitimadora do Estado-Nação, seja como disciplina escolar e acadêmica, encontra-se indissolavelmente associado ao da configuração dos primeiros estudos de literatura comparada.



Joseph Ernest Renan (1823-1892) foi um escritor, filósofo, teólogo, filólogo e historiador francês.
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ernest_Renan.jpg

Os absurdos e incongruências do ideário nacionalista, que ainda é bem latente e tem o poder de emocionar as massas mais do que a religião, nos dias atuais, emergem no próprio ato de narrar a nação, principalmente quando pensamos que o espaço da nação que se quer unívoca linguística e etnicamente é também, há muito tempo, o espaço dos exilados, refugiados e imigrantes, e mesmo das gerações que se seguem a tais forasteiros e estrangeiros, desestabilizando a pretensa unidade nacional nos guetos e cafés dos centros das grandes cidades, “à meia luz de línguas estrangeiras”, como diz Bhabha (2006), referindo-se à migração em massa do Ocidente no século XIX, bem como à expansão colonial do Oriente. Esse processo de desterritorialização faz com que a “nação como metáfora”, segundo o autor, preencha o vazio deixado pelo desenraizamento das comunidades e parentescos.



Homi K. Bhabha (1949) Homi Bhabha é professor doutor “Anne F. Rothenberg” de Humanidades, diretor do Centro de Humanidades Mahindra, conselheiro sênior do presidente e reitor da Universidade Harvard, EUA. Seu trabalho seminal, “O Local da Cultura”, apresenta uma teoria sobre o hibridismo cultural. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Homi_K._Bhabha

Ao tentar descrever as estratégias de identificação cultural e de interpeleção discursiva que configuram o povo e a nação, tornando-os, ao mesmo tempo, sujeitos imanentes e objeto das narrativas sociais e literárias, Bhabha, no texto acima referido, critica a perspectiva historicista que propõe a nação como categoria sociológica empírica, sugerindo, para substituí-la, o entendimento da nação como uma estratégia narrativa fundamentalmente ambivalente. Tal ambivalência configura-se como o duplo da nação, a partir de uma temporalidade não linear ou horizontal que provoca a quebra da univocidade da narrativa da nação, inscrevendo em suas interseções o espaço do Outro, representado pelas minorias e maiorias excluídas da épica nacional. Desse modo, o que chama de “tempo disjuntivo da modernidade da nação” evidencia-se pelo impasse da racionalidade política, que se coloca entre os incertos fragmentos de significação cultural e a certeza da pedagogia nacionalista. Isso porque, apesar de a crítica literária reforçar a coesão da metáfora progressista da nação, mediante a exposição de fragmentos do cotidiano – como faz Bakhtin (1895-1975), ao vislumbrar a emergência

do nacional em Viagem à Itália (1786-1788), de Goethe (1749-1832) –, há sempre, como um espectro, “a presença perturbadora de uma outra temporalidade que interrompe a contemporaneidade do presente nacional”.



Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975) foi um filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e as artes. Foi um verdadeiro pesquisador da linguagem humana, seus escritos, em uma variedade de assuntos, inspiraram trabalhos de estudiosos em um número de diferentes tradições (o marxismo, a semiótica, estruturalismo, a crítica religiosa) e em disciplinas tão diversas como a crítica literária, história, filosofia, antropologia e psicologia. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail_Bakhtin



Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) foi um autor e estadista alemão que também fez incursões pelo campo da ciência natural. Como escritor, foi uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do Romantismo europeu, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Juntamente com Friedrich Schiller, foi um dos líderes do movimento literário romântico alemão Sturm und Drang [Tempestade e Ímpeto]. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Wolfgang_von_Goethe

Tal colapso ocorre no próprio conceito de povo, como estratégia retórica de referência social, pois a sua alegação de ser representativo provoca uma crise em seu próprio processo de interpelação discursiva, causando uma cisão entre a temporalidade linear e cronológica da pedagogia da nação e sua dimensão performativa, que é reiterativa e emerge de suas fissuras. Desse modo, a questão que se coloca não é mais a da individualidade da nação com relação à alteridade das demais nações, mas a da divisão da nação no seu próprio interior, na articulação da heterogeneidade irreversível de sua população, bem como dos discursos das minorias e das autoridades antagônicas.

Nesse sentido, a narrativa hegemônica do nacionalismo torna-se insustentável, pois o controle narrativo nunca é monológico, mas plural e reiterativo. O passado da narrativa nacional, portanto, é sempre confrontado com o seu presente. Ao criticar Anderson (2008), quando este identifica a simultaneidade da narrativa do romance realista e do jornal com a narrativa da nação, Bhabha afirma que o autor inglês, ao encaixar o “enquanto isso” da narrativa nacional em um tempo homogêneo e vazio, deixa escapar o que chama de “tempo alienante e iterativo do signo”, pois a temporalidade do significante é instantânea, mais do que simultânea. Assim, o “enquanto isso” transforma-se em signo ambivalente do povo nacional.



Benedict Richard O'Gorman Anderson (1936-2015) foi um historiador e cientista político estadunidense, professor emérito na Universidade Cornell. Era irmão do historiador marxista Perry Anderson. Fonte: <http://news.cornell.edu/stories/2015/12/benedict-anderson-who-wrote-imagined-communities-dies>

O texto de Bhabha é fundamental para apreendermos a impossibilidade da narrativa unificadora da nação moderna, apesar de ela se mostrar ainda tão forte e capaz de mover paixões xenófobas e bélicas nos dias atuais. Vários tipos de convivência multicultural e multilinguística existiram na história dos povos europeus, até que tal diversidade fosse sistematicamente

eliminada pelos discursos oficiais dos Estados nacionais. Contudo, a própria dimensão suplementar da linguagem, bem como o caráter disjuntivo da narrativa nacional, acabam minando a intenção holística do discurso nacionalista, pois os conflitos e tensões sociais causados pela pretensa unificação, de uma maneira ou de outra, emergem no próprio ato de sua enunciação.

Ademais, assim como a industrialização e a urbanização do mundo moderno aumentaram o nível de conforto da humanidade e possibilitaram a um maior número de pessoas a utopia iluminista da felicidade, trouxeram também a exclusão social e a miséria. Esta, unindo os grupos desprivilegiados de todo o mundo, torna-se o elemento de identificação mais preponderante entre as grandes populações do planeta, pois, nas zonas mais pobres de todos os países, pouco importam as diferenças linguísticas ou étnicas, uma vez que o sentimento de pertença comum é aquele da carência, da falta, do abandono, e, fundamentalmente, da fome, que precisa existir para que o equilíbrio econômico das nações perdure. Como diz a letra da música de um grupo de rock brasileiro, os Titãs, “Miséria é miséria em qualquer canto / Riquezas são diferentes”.



Titãs é uma banda de rock formada na cidade de São Paulo, Brasil em 1982. Embora originalmente tocassem pop-rock alternativo em seus primórdios, o grupo também já utilizou diversos outros gêneros ao longo de mais de 30 anos de carreira, como new wave, punk rock, grunge, MPB e música eletrônica. Fontes: <http://www.valvularock.com.br/wp/titas-trazem-a-tour-do-disco-nheengatu-para-santa-catarina/>

Os efeitos devastadores da ideologia nacionalista, que reemerge facilmente em contextos de crise, como o atual, não são difíceis de serem previstos. Mesmo em países pós-coloniais assumidamente multiétnicos e multiculturais, como o Brasil, podemos perceber alguns resquícios desses confrontos nacionais em nível regional, como é o caso já clássico do nordestino perante o regionalismo paulista, que se configura como um “regionalismo de superioridade”, sustentado no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência europeia e branca, ou mesmo nos conflitos

étnicos de países africanos, em que os líderes governamentais utilizam-se das mesmas estratégias nazistas de discriminação social. As diferenças, como tais, não podem ser negadas, suprimidas ou apagadas, mas negociadas, e a harmonia do mundo vai depender do tipo de negociação que for levado a cabo. Não há mais lugar para o mito da identidade nacional no mundo atual, pois os valores éticos e morais, tal como sonhavam os iluministas, feitas as devidas ressalvas para o seu etnocentrismo, são quase universais. Os confrontos e trocas culturais jamais deixaram e jamais deixarão de existir, mas, para serem negociados, têm que ser feitos de modo bilateral e em igualdade de condições, sem o preconceito desrespeitoso e competitivo da racionalidade política moderna.

CONCLUSÃO

Como se pode facilmente perceber após a leitura desta aula, as línguas nacionais são sempre inventadas pelos grupos dominantes, ou pela elite letrada, ao contrário do que preconiza a mitologia nacionalista – que pressupõe que elas são forjadas pelo “povo” de cada nação. O processo de apagamento da grande variedade de idiomas falados inicia-se com a eleição de um determinado dialeto – o de Londres, no caso da Inglaterra, e o de Lisboa, no caso de Portugal –, que, depois de homogeneizado ortográfica e gramaticalmente, passa a ser língua administrativa e literária, além de escolar. Sabe-se que na França do século XIX, mesmo depois de ter sido estipulado por uma lei de 1851 que somente o francês seria usado na escola, trinta anos mais tarde ensinava-se ainda em patois ou na língua regional. No Brasil, mesmo depois de cem anos passados da Lei do Diretório (1757), com a qual o Marquês de Pombal (1699-1785) tentou oficializar o uso e o ensino da língua portuguesa, em detrimento da imensa variedade linguística dos índios e negros africanos que habitavam o país, a “língua geral” continuou a ser usada até finais do século XIX (Oliveira, 2010). Mais eloquente ainda é o caso das ex-colônias portuguesas da Ásia e da África, onde, mesmo depois da redescoberta da língua como “força imperial”, quando da organização da Agência Geral das Colônias, durante o governo de Salazar (1889-1970), e de sua independência, que proporcionou a criação de escolas, liceus e universidades, a percentagem de falantes da língua portuguesa permaneceu abaixo dos cinquenta por cento. Desse modo, como já havia notado Renan (2006), as línguas não podem servir de lastro para a constituição das nações modernas, mesmo porque as comunidades dinásticas nunca deixaram de autorizar casamentos de príncipes que falavam línguas diferentes, sem contar que sempre houve regiões geograficamente contíguas que conviveram harmoniosamente com o multilinguismo (Gellner, 1983, p. 55).



RESUMO

Segundo Hobsbawm, em termos práticos, os critérios que faziam com que um povo fosse classificado como nação nessa época eram três: 1) associação histórica com um Estado existente; 2) uma elite letrada constituída, possuidora de um vernáculo escrito administrativo e literário; 3) capacidade para conquista. Este terceiro elemento, convém ressaltar, torna-se o mais importante, pois o sentimento de unidade entre os povos é facilmente construído em situação de guerra. Na primeira metade do século XX, período áureo do nacionalismo fascista, as guerras eram acompanhadas de todo um aparato festivo e simbólico, como um espetáculo de disciplina nacional, além de serem tidas por muitos intelectuais e líderes políticos como necessárias para o progresso de um povo. Como afirma o historiador alemão Hagen Schulze (19453-2014), “as lembranças históricas dos povos ditam-lhes frequentemente condutas assassinas”. Tal afirmação é ainda mais assustadora quando percebemos que “o veneno do nacionalismo”, que quase devastou a Europa durante a primeira metade do século XX, continua virulento, mesmo numa época em que já se descobriu que a genealogia étnica é desprovida de importância, pois o processo de formação dos grupos sociais é fundamentalmente cultural, e não biológico. Ademais, as guerras anteriores aos conflitos mundiais do século XX eram conduzidas pelos militares, muitos deles estrangeiros ou mercenários, pouco envolvendo as populações, salvo no caso em que estas, em obediência às lideranças locais, organizavam-se para defendê-los de ataques externos ou mesmo das investidas do poder imperial ou nacional, a depender da época em que ocorriam os eventos. Nesse sentido, é paradigmática a posição de Frederico, o Grande (1712-1786), rei da Prússia, que recusou a ajuda dos berlinenses no conflito contra os russos, afirmando que a guerra era assunto de soldados e não de civis, bem como a frase de Francisco II (1768-1835), com relação à guerrilha dos tirolezes: “hoje eles são patriotas por mim, amanhã podem ser patriotas contra mim”.



ATIVIDADE

Baseado na leitura do texto desta nossa primeira aula, defina em um parágrafo, com suas próprias palavras, o que você entende por “nação”.

COMENTÁRIO SOBRE A ATIVIDADE

O objetivo desta atividade é despertar no(a) aluno(a) uma visão crítica da ideia de nação, baseado(a) nos referenciais teóricos dos autores citados no decorrer desta aula.



PRÓXIMA AULA

Colonial literature: an introduction

GLOSSÁRIO

(1) Pós-colonial: Pós-colonialismo, em linhas gerais, é um conjunto de teorias que analisa os efeitos políticos, filosóficos, artísticos e literários deixados pelo colonialismo nos países colonizados. Como teoria literária (ou abordagem crítica), o pós-colonialismo lida com a literatura produzida em países que outrora foram colônias de das potências coloniais europeias. Também lida com a literatura escrita em países coloniais por seus cidadãos, que possuam integrantes das colônias como tema. A teoria pós-colonial tornou-se parte dos recursos do críticos nos anos 1970, tendo o livro *Orientalismo* (1978), de Edward Said, como obra fundadora.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BHABHA, Homi K. "Introduction: narrating the nation". In: BHABHA, Homi K (org.). **Nation and narration**. London and New York: Routledge, 2006.
- GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. Tradução: Herbert Ballmann. Lisboa: Gradiva, 2008.

- GELLNER, E. **Nations and Nationalism**. Londres: Blackwell, 1983.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A Legilação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010.
- RENAN, Ernest. “What is a nation?”. In: BHABHA, Homi K (org.). **Nation and narration**. London and New York: Routledge, 2006.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Eichenberg Rosaura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHULZE, Hagen. **Estado e nação na história da Europa**. Tradução: Maria Augusta Júdice e António Hall. Lisboa: Editorial Presença, 1977.